

Saepar Serviços e Participações S.A.

CNPJ 03.979.930/0001-27



Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia apresentou lucro de R\$222,5 milhões em 2019, frente a um lucro de R\$184,5 milhões em 2018. Rio de Janeiro, 26 de março de 2020. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Ativo				Passivo			
Ativo circulante		80.863	118.294	Passivo circulante		79.574	70.342
Disponível	5	62	107	Contas a pagar	-	79.517	70.342
Caixa e bancos	-	62	107	Obrigações a pagar	10.1	53.970	45.259
Aplicações financeiras	6	29.280	47.118	Participações de funcionários e encargos sociais	-	-	224
Aplicações financeiras	-	29.280	47.118	Impostos e contribuições	10.2	22.262	24.052
Títulos e créditos a receber	7	51.521	71.069	Outras contas a pagar	-	3.285	807
Títulos e créditos a receber	-	11	3.596	Ações judiciais fiscais e trabalhistas	12.2	57	-
Dividendos a receber	-	40.003	58.698	Passivo não circulante	-	10.328	8.656
Créditos tributários e previdenciários	8.1	11.238	8.752	Exigível a longo prazo	-	10.328	8.656
Outros créditos a receber	-	269	23	Contas a pagar	-	8.749	8.656
Ativo não circulante	-	1.733.917	1.417.282	Obrigações a pagar	10.1	8.698	8.656
Realizável a longo prazo	-	13.624	12.591	Outras contas a pagar	-	51	-
Títulos e créditos a receber	7	13.624	12.591	Ações judiciais fiscais e trabalhistas	12.2	1.579	-
Créditos tributários e previdenciários	8.1	3.442	2.718	Patrimônio líquido	-	1.724.878	1.456.578
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	10.129	9.873	Capital social	13	876.733	776.390
Ativos de arrendamentos	-	53	-	Reservas de capital	-	(21.699)	(21.699)
Investimentos	-	1.718.450	1.404.411	Reservas de lucros	-	863.227	693.605
Participações societárias	9	1.686.916	1.372.859	Ajustes de avaliação patrimonial	-	6.617	8.282
Ágio	9	30.862	30.862	Total do passivo e patrimônio líquido	-	1.814.780	1.535.576
Outros investimentos	-	92	92				
Propriedade para investimento	-	580	598				
Imobilizado	-	1.626	126				
Intangível	-	217	154				
Software	-	1.863	1.759				
Amortização acumulada	-	(1.646)	(1.605)				
Total do ativo	-	1.814.780	1.535.576				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receita líquida	14.1	7.883	34.478
Resultado de equivalência patrimonial	9	250.363	185.515
Outras receitas e despesas	-	(13.695)	(10.632)
Despesas operacionais	-	(11)	(293)
Despesas administrativas	14.2	(6.207)	(6.149)
Despesas com tributos	-	(7.093)	(6.776)
Receitas financeiras	14.3.1	1.555	3.386
Despesas financeiras	14.3.2	(1.902)	(875)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	-	-	(2)
Outras	-	(37)	77
Resultado antes de impostos e contribuições	-	244.551	209.361
Imposto de renda	15	(15.960)	(18.111)
Contribuição social	15	(6.047)	(6.783)
Lucro líquido do exercício	-	222.544	184.467
Quantidade de ações	-	3.116	2.925
Lucro líquido por ação	-	71,42	63,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	
Saldos em 01/01/2018	726.387	(21.699)	11.671	555.198	566.869	7.217	1.278.774
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 27/04/2018	11.670	-	(11.670)	-	(11.670)	-	-
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme AGOE do dia 27/04/2018	38.250	-	-	-	-	-	38.250
Aumento de capital com dinheiro conforme AGOE do dia 27/04/2018	83	-	-	-	-	-	83
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.065	1.065
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	184.467
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	9.223	-	9.223	-	(9.223)
Reserva estatutária	-	-	-	129.183	129.183	-	(129.183)
Dividendos mínimos obrigatórios - R\$10.619,15 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	-	(31.061)
Juros sobre o capital próprio a pagar conforme ata do dia 30/04/2018, sendo R\$5.128,21 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	-	(15.000)
Saldos em 31/12/2018	776.390	(21.699)	9.224	684.381	693.605	8.282	1.456.578
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme AGE do dia 28/03/2019	12.625	-	-	-	-	-	12.625
Aumento de capital com dinheiro conforme AGE do dia 26/04/2019	46.187	-	-	-	-	-	46.187
Aumento de capital com dinheiro conforme AGE do dia 11/11/2019	41.531	-	-	-	-	-	41.531
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(1.665)	(1.665)
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	(89)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	222.544
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	11.123	-	11.123	-	(11.123)
Reserva estatutária	-	-	-	158.499	158.499	-	(158.499)
Dividendos mínimos obrigatórios - R\$16.955,39 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	-	(52.833)
Saldos em 31/12/2019	876.733	(21.699)	20.347	842.880	863.227	6.617	1.724.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América S.A., denominada "SASA" A SASA, controladora da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,82% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,63% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 21/02/2020 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36 (R3), destacando-se que sua controladora Indireta Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2020. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Apuuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. 3.1.2. **Balanco patrimonial:** Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritas a seguir: 3.2.1. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Investimentos - participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não tem vida útil definida e, portanto, não são amortizados, e tem seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.4. **Redução ao valor recuperável:** 3.4.1. **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados. 3.4.2. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As

provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 01 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.6. **Passivos financeiros circulantes e não circulantes:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.7. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas. 3.7.1. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), conforme legislação vigente. 3.8. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.9. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras, ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. 3.10. **Normas emitidas e revisadas:** 3.10.1. **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 16/CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários com reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso de utilizar o ativo arrendado e de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Isonções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor e foram adotadas pela Companhia, quando aplicável. A Companhia aplicou a norma em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Não houveram efeitos cumulativos a serem reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Destacamos que a entrada em vigor da IFRS 16 está relacionada com a natureza das despesas dos contratos de arrendamento, que passaram a ser reconhecidas como depreciação de ativos de direito de uso, bem como o reconhecimento da despesa de juros sobre obrigações de arrendamento em substituição à despesa linear de arrendamento operacional. Os saldos decorrentes dos arrendamentos da Companhia, descontados a valor presente, estão registrados nas rubricas "Ativos de arrendamentos" e "Outras contas a pagar", com saldo em 31/12/2019 de R\$53 e R\$73 respectivamente. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: Alterações ao CPC 18 - Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto - Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos de Imposto de renda - Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 - 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização - Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Alterações ao IAS 19 (CPC33 R1) - Os planos de benefícios a empregados da SulAmérica não tiveram alteração, redução ou liquidação. Dessa forma, a alteração do IAS 19 não tem efeito para a SulAmérica. Nor-

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	244.551	209.361
Mais		
Depreciações e amortizações	205	447
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	353	317
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(250.363)	(185.515)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(320)	(316)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(1)	(54)
Outros	140	-
Atividades operacionais		
Variação de aplicações financeiras	17.772	(28.710)
Variação de títulos e créditos a receber e outros ativos	2.650	3.391
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	31.471	35.286
Variação de contas a pagar e outros débitos	(8.671)	(6.028)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.542)	(6.235)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	24.245	21.944
Compra e venda de participações societárias:		
Compra	(1)	(21.938)
Compra e venda de ativos imobilizados e intangíveis		
Venda	15	-
Aumento de capital em controladas	(80.836)	(146)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(80.822)	(22.084)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	87.718	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(31.186)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	56.532	-
Redução no caixa	(45)	(140)
Caixa no início do exercício	107	247
Caixa no fim do exercício	62	107
Redução no caixa	(45)	(140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Lucro líquido do exercício	-	222.544	184.467
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) atuariais, não realizados com plano de pensão de benefício definido	-	(50)	(472)
Efeitos fiscais	-	17	160
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos não realizados com ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	3	(6)
Efeitos fiscais	-	(1)	2
Ganhos / (perdas) de variação de participação acionária	9	(1.760)	6
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	126	1.375
Componentes do resultado abrangente	-	(1.665)	1.065
Resultado abrangente do exercício	-	220.879	185.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. As seguintes normas alteradas e interpreta

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

→ continuação

6. Aplicações financeiras: 6.1. Composição das aplicações financeiras:

Descrição	2019		2018		Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa – públicos	–	–	24.707	24.707	–	24.707
Letras financeiras do tesouro	–	–	24.707	24.707	SELIC	24.707
Cotas de fundos de investimentos	4.573	4.573	–	–	–	4.573
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	4.573	4.573	–	–	–	4.573
Subtotal	4.573	4.573	24.707	24.707	–	29.280
Percentual total – contábil	15,62%	15,62%	84,38%	84,38%	–	100,00%
Total	29.280	29.280	29.280	29.280	–	29.280
Circulante	29.280	29.280	29.280	29.280	–	29.280

Descrição	2019		2018		Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa – públicos	–	–	35.303	35.300	–	35.300
Letras financeiras do tesouro	–	–	35.303	35.300	SELIC	35.300
Cotas de fundos de investimentos	11.818	11.818	–	–	–	11.818
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	11.818	11.818	–	–	–	11.818
Subtotal	11.818	11.818	35.303	35.300	–	47.118
Percentual total – contábil	25,08%	25,08%	74,92%	74,92%	–	100,00%
Total	47.118	47.118	47.118	47.118	–	47.118
Circulante	47.118	47.118	47.118	47.118	–	47.118

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado. 6.2. Movimentação das aplicações financeiras:

Descrição	2019		2018	
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Saldo em 01/01/2018	5.546	13.172	18.718	18.718
Aplicações	34.001	49.859	83.860	83.860
Rendimento resgate	(324)	(152)	(476)	(476)
Principal resgate	(27.810)	(30.132)	(57.942)	(57.942)
Resultado financeiro	407	2.559	2.966	2.966
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(2)	–	(2)	(2)
Ajuste a valor de mercado	–	(6)	(6)	(6)
Saldo em 31/12/2018	11.818	35.300	47.118	47.118
Saldo em 31/12/2018	11.818	35.300	47.118	47.118
Aplicações	28.929	35.636	64.565	64.565
Rendimento resgate	(561)	–	(561)	(561)
Principal resgate	(36.090)	(46.910)	(83.000)	(83.000)
Resultado financeiro	455	678	1.133	1.133
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	22	–	22	22
Ajuste a valor de mercado	–	3	3	3
Saldo em 31/12/2019	4.573	24.707	29.280	29.280

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: Volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Após nossas análises as sensibilidades foram imateriais. 6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Em 31/12/2019 e 2018 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1**: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2**: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3**: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa – públicos**: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e **Nível 2: Cotas de fundos de investimentos não exclusivos**: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	2019		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	–	4.573	4.573
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	24.707	–	24.707
Total	24.707	4.573	29.280

Descrição	2018		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	–	11.818	11.818
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	35.300	–	35.300
Total	35.300	11.818	47.118

7. Títulos e créditos a receber:

Descrição	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Créditos tributários e previdenciários (nota 8)	14.680	11.470	14.680	11.470
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	40.003	58.698	40.003	58.698
Depósitos judiciais e fiscais (nota 12.1)	10.129	9.873	10.129	9.873
Outros	333	3.619	333	3.619
Total	65.145	83.660	65.145	83.660
Circulante	51.521	71.069	51.521	71.069
Não circulante	13.624	12.591	13.624	12.591

8. Créditos e débitos tributários diferidos: A seguir, posição dos créditos tributários e previdenciários líquidos dos débitos tributários. 8.1. Créditos tributários e previdenciários:

Descrição	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Tributos a compensar/recuperar (nota 8.2)	12.165	9.679	12.165	9.679
Créditos tributários (nota 8.3)	2.517	1.836	2.517	1.836
Débitos tributários (nota 8.3)	(2)	(45)	(2)	(45)
Total	14.680	11.470	14.680	11.470
Circulante	11.238	8.752	11.238	8.752
Não circulante	3.442	2.718	3.442	2.718

8.2. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	12.110	9.479	12.110	9.479
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	55	86	55	86
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	94	–	94
Outros	–	20	–	20
Total	12.165	9.679	12.165	9.679
Circulante	11.238	8.752	11.238	8.752
Não circulante	927	927	927	927

8.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2018		Constituição Realização 31/12/2018		Saldo em 31/12/2018	
	Saldo em 01/01/2018	Constituição Realização 31/12/2018	Saldo em 31/12/2018	Constituição Realização 31/12/2018	Saldo em 31/12/2018	Constituição Realização 31/12/2018
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.264	164	–	–	1.428	1.428
Participações nos lucros	42	71	(12)	–	101	101
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	146	161	–	–	307	307
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.452	396	(12)	–	1.836	1.836
Total dos créditos tributários	1.452	396	(12)	–	1.836	1.836
Atualizações de depósitos judiciais	(1.063)	(99)	1.117	–	(45)	(45)
Total dos débitos tributários	(1.063)	(99)	1.117	–	(45)	(45)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	389	297	1.105	–	1.791	1.791
Saldo em 31/12/2019	4.573	24.707	29.280	29.280	4.573	24.707
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.428	717	(102)	–	2.043	2.043
Provisões ineditáveis	–	57	–	–	57	57
Participações nos lucros	101	2	(16)	–	87	87
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	307	17	–	–	324	324
Outros	–	6	–	–	6	6
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.836	799	(118)	–	2.517	2.517
Total dos créditos tributários	1.836	799	(118)	–	2.517	2.517
Atualizações de depósitos judiciais	(45)	(3)	47	–	(1)	(1)
Outros	–	(1)	–	–	(1)	(1)
Total dos débitos tributários	(45)	(4)	47	–	(2)	(2)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	1.791	795	(71)	–	2.515	2.515

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos. As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Crédito tributário não reconhecido	
	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias – IRPJ	24.027	6.007
Diferenças temporárias – CSLL	21.883	1.969
Total	45.910	7.976

9. Participações societárias: Em 31/12/2019 e 2018, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2019		2018		Total
	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Serviços Participações S.A.	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Cival Reinsurance Company Ltd.	
Saldo em 01/01/2018	1.252.797	–	–	534	1.253.331
Aquisição da Docway (c)	–	–	21.938	–	21.938
Aumento de capital (d)	10.473	50	–	96	10.619
Ganho (perda) de capital (b)	6	–	–	–	6
Juros sobre capital próprio	(69.057)	–	–	–	(69.057)
Equivalência patrimonial (a)	186.879	(10)	(1.256)	(98)	185.515
Variação cambial	–	–	–	(6)	(6)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.375	–	–	–	1.375
Saldo em 31/12/2018	1.382.473	40	20.682	526	1.403.721
Aquisição da SAH	–	–	–	–	1
Aumento de capital (d)	115.136	1.500	12.000	309	149.945
Ganho (perda) de capital (b)	(67)	–	(1.693)	–	(1.760)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(80.335)	(4.041)	–	–	(84.376)
Equivalência patrimonial (a)	237.669	16.486	(3.749)	(112)	250.363
Variação cambial	–	–	–	(140)	(140)
Ajustes de avaliação patrimonial	126	–	–	–	126
Outros ajustes	35	–	(121)	–	(86)
Saldo em 31/12/2019	1.655.037	13.985	27.119	583	1.717.778

(a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização entre as práticas contábeis, quando necessário; (b) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorreu de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da Companhia na investida; (c) Em 07/12/2018, a Companhia assinou contrato e concluiu a aquisição de 78,86% das ações da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. pelo preço de R\$21.938; e (d) Em 29/03/2018, a Companhia aumentou o capital da SALIC com juros sobre o capital próprio no montante de R\$10.473, com a emissão de 1 nova ação ordinária, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10.473,453,61 (reais) por ação. Em 04/07/2018, a Companhia aumentou o capital da CIVAL no montante de R\$96, em dinheiro. Em 28/03/2019, a Companhia aumentou o capital da SALIC com juros sobre o capital próprio no montante de R\$57.109, com a emissão de 5 novas ações ordinárias, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.421.894,57 (reais) por ação. Em 26/04/2019, a Companhia aumentou o capital da SALIC em dinheiro no montante de R\$46.027, com a emissão de 4 novas ações ordinárias, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.506.837,17 (reais) por ação. Em 26/09/2019, a Companhia aumentou o capital da SALIC com juros sobre o capital próprio no montante de R\$12.000, com a emissão de 1 nova ação ordinária, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.999.585,02 (reais) por ação. Em 29/04/2019, a Companhia aumentou o capital da SASP em dinheiro no montante de R\$1.500, com a emissão de 1.500.000 novas ações ordinárias, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (reais) por ação. Em 21/11/2019, a Companhia aumentou o capital da DOCWAY em dinheiro no montante de R\$12.000, com a emissão de 55.874 novas ações ordinárias, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$214,77 (reais) por ação. Em 11/11/2019, a Companhia aumentou o capital da SAH em dinheiro no montante de R\$21.000, com a emissão de 21.000.000 novas ações ordinárias, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (reais) por ação. Em 29/03/2019, a Companhia aumentou o capital da CIVAL no montante de R\$309, em dinheiro.

Descrição	2019		2018		Total
	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Serviços Participações S.A.	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Cival Reinsurance Company Ltd.	
Ativo	10.251.312	20.128	14.226	586	21.072
Passivo	3.863.188	6.143	1.630	3	18
Patrimônio líquido	6.388.124	13.985	12.596	583	21.054
Receita líquida	3.455.405	21.656	3.659	–	–
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	925.748	16.486	(4.738)	(112)	69
Percentual de participação (%)	25,68%	100,00%	84,64%	100,00%	100,00%
Valor contábil do investimento	1.640.528	13.985	10.766	583	21.054
Ágio	14.509	–	16.353	–	30.862
Quantidade de ações ordinárias	132	1			

→ continuação

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

11.2. Remuneração da administração: Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica. 12. Depósitos judiciais e fiscais, obrigações fiscais, provisões para ações judiciais e contingências: 12.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	2019	2018
Tributárias:		
COFINS	-	420
PIS	-	4
IRPJ	9.715	9.428
Outros	96	-
Subtotal	9.811	9.852
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	318	21
Subtotal	318	21
Total	10.129	9.873
Não circulante	10.129	9.873

12.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2018
Tributárias: (a)					
PIS	4	-	-	-	4
COFINS	408	-	12	-	420
IRPJ	7.608	-	297	-	7.905
Honorários	158	161	8	-	327
Subtotal	8.178	161	317	-	8.656
Total	8.178	161	317	-	8.656
Não Circulante					8.656

Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2019
Tributárias: (a)					
PIS	4	-	-	(4)	-
COFINS	420	-	6	(426)	-
IRPJ	7.905	-	279	-	8.184
Honorários	327	800	5	(617)	515
Outros	-	92	3	-	95
Subtotal	8.656	892	293	(1.047)	8.794
Trabalhistas e Cíveis:					
Ações Trabalhistas	-	2.418	60	(938)	1.540
Subtotal	-	2.418	60	(938)	1.540
Total	8.656	3.310	353	(1.985)	10.334
Circulante					57
Não circulante					10.277

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2019 são de R\$8.698 (R\$8.656 em 2018), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 10.1). 12.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2019 e 2018 são: IRPJ: A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei 9.316/1996, as despesas relacionadas com a contribuição social sobre o lucro líquido passaram a ser inadmissíveis para fins de dedução na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Nestes termos os valores questionados até 2013 foram integralmente depositados e provisionados.

12.4. Contingências: Em 31/12/2019, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$1.019 (R\$887 em 2018).

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: O capital social da Companhia, em 31/12/2019, é de R\$876.733 (R\$776.390 em 2018), conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/11/2019, representado por 3.116 (2.925 em 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2019 a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$12.625, com a emissão de 25 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$504.998,37 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, passando o capital social de R\$776.390 para R\$789.016. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/04/2019 a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$46.187, com a emissão de 90 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$513.192,70 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, passando o capital social de R\$789.016 para R\$835.202. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/11/2019 a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$41.531, com a emissão de 76 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$546.455,78 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, passando o capital social de R\$835.202 para R\$876.733.

13.2. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 13.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

13.4. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

13.5. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.

13.6. Distribuição do resultado: Em 31/12/2019 e 2018, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Lucro antes dos impostos	244.551	209.361
(-) Impostos e contribuições	(22.007)	(24.894)
Lucro/prejuízo líquido do exercício	222.544	184.467
(+) Distribuição efeito da reversão da combinação e outros ajustes	(89)	-
Lucro líquido após ajustes	222.455	184.467
Constituição da reserva legal (5%)	(11.123)	(9.223)
Lucro líquido ajustado	211.332	175.244
Dividendos mínimos obrigatórios:		
25% do lucro líquido ajustado	52.833	43.811
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos mínimos obrigatórios	-	12.750
Bruto	-	15.000
Imposto de Renda	-	(2.250)
Saldo dos dividendos mínimos obrigatórios	52.833	31.061
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	158.499	129.183

14. Detalhamento das contas de resultado: 14.1. Receita líquida:

Descrição	2019	2018
Receitas:	9.193	40.198
Segmento de seguros (a)	9.193	40.198
Impostos sobre receita:	(1.310)	(5.719)
PIS/COFINS	(850)	(3.718)
ISS	(460)	(2.002)
Total	7.883	34.478

(a) Em 29/03/2019, a Sul América Serviços e Participações S.A. ("SASP") substituiu a Companhia no contrato de prestação de serviços firmado com a Caixa Seguradora S.A. e a Sul América Companhia Nacional de Seguros, ficando responsável pela prestação a Caixa Seguradora S.A dos serviços de suporte as suas operações de comercialização dos produtos de seguro, faturamento e recebimento dos valores referentes aos serviços prestados.

14.2. Despesas administrativas:

Descrição	2019	2018
Pessoal próprio	(2.988)	(3.641)
Participação no resultado	(34)	(153)
Serviço de terceiros	(1.207)	(292)
Localização e funcionamento	(792)	(763)
Outras	(1.186)	(1.300)
Total	(6.207)	(6.149)

14.3. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2019	2018
Títulos e valores mobiliários	1.133	2.966
Valor justo por meio do resultado	455	407
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	678	2.559
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(814)	7
Tributos a compensar	-	54
Outros	(666)	(516)
Total	(347)	2.511

14.3.1. Receitas financeiras:

Descrição	2019	2018
Valorização de quotas de fundos de investimentos	463	407
Títulos de renda fixa - Públicos	682	2.566
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	325	316
Tributos a compensar	-	54
Outras	85	43
Total	1.555	3.386

14.3.2. Despesas financeiras:

Descrição	2019	2018
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(12)	(8)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.139)	(338)
Outras	(751)	(529)
Total	(1.902)	(875)

15. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2019	2018
Imposto de renda	244.551	209.361
Contribuição social	244.551	209.361
Imposto de renda	244.551	209.361
Contribuição social	244.551	209.361
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(61.138)	(22.010)
Alíquota nominal	25%	9%
Correntes:		
Adições:		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(440)	(176)
Despesas não dedutíveis	(256)	(86)
Juros sobre capital próprio	(17.966)	(6.468)
Provisões não dedutíveis	(42)	(15)
Outras adições	(68)	(33)
Subtotal	(18.772)	(6.778)
Exclusões:		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	62.591	22.533
Atualização de depósitos judiciais	2	1
Encargos sobre participações nos lucros	17	6
Subtotal	62.610	22.540
Redução de incentivos fiscais	831	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(16.469)	(6.248)
Diferidos:		
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	476	189
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	33	12
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	509	201
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(15.960)	(6.047)
Alíquota efetiva	6,53%	2,47%
Alíquota efetiva combinada	9,00%	8,65%
Alíquota efetiva combinada	9,00%	11,89%

16. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: A Companhia aumentou, com juros sobre o capital próprio, o capital da SALIC, no montante de R\$69.109, conforme descrito na nota 9. Ademais, conforme nota 13.1, o acionista da Companhia aumentou seu capital social em R\$12.625 com juros sobre capital próprio a pagar.

17. Evento Subsequente: Em 17 de março de 2020 a controladora Sul América S.A. divulgou comunicado ao mercado e seus acionistas em geral sobre as medidas que estão sendo adotadas para proteger suas operações, seus beneficiários, colaboradores e respectivas famílias desde o início do surto e atual pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Por se tratar de estágio inicial da proliferação do novo COVID-19 no Brasil deve-se observar ao longo das próximas semanas e meses como a situação, que ainda é bastante volátil, irá evoluir, desta forma a SulAmérica não tem ainda como quantificar ou estimar potenciais impactos financeiros em seus resultados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Acionistas, Conselheiros e Administradores da Saepar Serviços e Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Saepar Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saepar Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi - Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5



Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

